

## pedido de Marcello

11 SET 1996

Arnildo Schulz — 16/4/96

BRASÍLIA — O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, afirmou ontem que o governo não vai criar novas normas para renegociar as dívidas do Estado do Rio. Ele disse que vai analisar o pedido do governador Marcelo Alencar para rever os prazos de pagamento das dívidas do Estado. “Vamos examinar (o pedido) dentro das regras que já existem”, disse Murilo. Ele ressaltou que Marcello Alencar não pediu moratória, embora o governador tenha dito na sexta-feira que queria suspender o pagamento por seis meses.

O governo federal quer evitar mais uma rodada de socorro aos estados após o pedido do governador do Rio e da decisão de liberar R\$ 65 milhões para Alagoas. O Ministério da Fazenda está empenhado em mostrar a Marcello que ele não precisa de novos empréstimos para garantir o pagamento do 13º salário do funcionalismo em dezembro.

Segundo dados do Tesouro Nacional, a dívida do Rio com a União é de R\$ 1,3 bilhões, sendo que os pagamentos mensais desse débito ficam em torno de R\$ 6 milhões. A avaliação dos técnicos é que mesmo estando fazendo um bom programa de ajuste, o governador Marcello Alencar não deveria ter acesso a novos créditos.

O governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, defendeu, ontem, o alongamento das dívidas dos estados. Ele se reuniu com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para discutir uma saída para a dívida mobiliária (em títulos) do seu estado, que soma R\$ 6 bilhões. A dívida em títulos do Rio passa de R\$ 5



*Murilo garante que regras serão respeitadas*

bilhões e Marcello Alencar depende de uma renegociação desse débito para conseguir a liberação de um empréstimo de R\$ 300 milhões do Banco Mundial para a reforma administrativa.

“Os governadores só querem melhorar as condições para pagar”, afirmou Antônio Britto. Ele disse contudo que condições mais favoráveis só devem ser oferecidas a quem estiver disposto a “entrar num spa” e defendeu que o governo federal não pode permitir o calote.

Os técnicos do Ministério da Fazenda estão elaborando uma proposta para a renegociação das dívidas mobiliárias de todos os estados, que somam R\$ 40 bilhões. Uma condição básica, contudo, é que os governadores retomem o pagamento dos débitos, que hoje está suspenso. Uma das propostas do governo federal é que um programa de privatizações seja definido para garantir esse pagamento.